



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

ATA Nº 4/2017 - SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA CATORZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE - Aos catorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, na Biblioteca Municipal de Góis, reuniu a Assembleia Municipal, pelas dezassete horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

ANTES DA ORDEM DO DIA

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 3/2017
2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

ORDEM DO DIA

1. RELATÓRIO SEMESTRAL DO AUDITOR EXTERNO/SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO
2. CPA/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/RATIFICAÇÃO
3. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA

PÚBLICO

Estavam presentes os senhores:

Presidente: Jaime Miguel Fernandes Garcia (PS)

1º Secretário: Dr.^a Dina Marlene Bandeira Carvalho (PS)

2º Secretário: José Rodrigues (PS)

Vogais: Partido Socialista (PS) – Dr. João Miguel Carvalho Mourão, Eng.º Renato José dos Santos Vitorino, Valentim Antunes Rosa.

Grupo Cidadãos Eleitores Independentes por Góis – Amílcar José Barata Aleixo, José Carlos Rodrigues Garcia, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Pedro Miguel Conceição Agostinho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Presidentes das Juntas de Freguesia de:

Alvares – Dr. Victor Manuel Fonseca Duarte (Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis)

Góis – Graciano Antunes Rodrigues (PS)

União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal – Carlos da Conceição Jesus (Independente)

Vila Nova do Ceira - António Barata Carvalho (PS)

Da Câmara Municipal: registou-se a presença da senhora Presidente, Dr.^a Maria de Lurdes Oliveira Castanheira e dos Vereadores Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Eng.^o Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz.

FALTAS: O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento que o senhor Eng.^o Mário Almeida Nunes do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes, por motivo alegado não poderá comparecer nesta sessão, tendo solicitado com base na legislação em vigor e do Regimento da Assembleia Municipal de Góis a sua substituição, tendo sido substituído pelo senhor José Manuel Sequeira Cardoso Bandeira. Deu ainda conhecimento, de que os senhores Dr. Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva e Nuno Pedro Tavares do Nascimento, elementos da bancado do PS, também não poderão comparecer a esta reunião por motivos alegados, sendo substituídos pela senhora Dr.^a Lúcia Raquel Duarte José e o senhor António Ferreira Monteiro.

Mais deu conhecimento que o senhor Dr.^o Miguel Luís Martins Alves Fortunato e a senhora Dr.^a Maria do Céu Simões Alves, Independentes, também não irão estar presentes tendo para o efeito apresentado as devidas justificações.

ANTES DA ORDEM DO DIA

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº3/2017 - Posta à votação a Ata nº3/2017 foi aprovada por maioria com treze votos a favor e um contra do senhor Carlos da Conceição Jesus.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os senhores José Manuel Sequeira Cardoso Bandeira e António Ferreira Monteiro, bem como a senhora Dr.ª Lídia Raquel Duarte José não participaram na votação, por não terem estado na sessão a que a mesma respeita.

O senhor Carlos da Conceição Jesus apresentou a seguinte declaração de voto: "Voto contra uma vez que se verificam omissões na Ata na minha intervenção".

2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos presentes da correspondência remetida a este órgão desde a reunião de 27.06.2017 até à presente data: Votos de Pesar pelo incêndio florestal ocorrido no p.p. mês de junho, da ANAM questionando sobre a data de adesão da AMG à ANAM, do Grupo Parlamentar os Verdes sobre Envio de Projeto de Lei dos Verdes sobre Assistência a banhistas, do Grupo Parlamentar do PCP sobre: Projeto de Lei do PCP: Terceira alteração ao DL 128-2014(Estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local); iniciativas legislativas sobre o preço do gás de garrafa e gás canalizado e taxa de ocupação do subsolo e PJI do PCP: Regularização de pessoal contratado a título precário na AL e no SEL e PJI do PCP: Fixa o regime de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios. Deu ainda conhecimento de alguns convites dirigidos por Entidades do concelho para eventos de âmbito cultural, nomeadamente, Associação Educativa e Recreativa de Góis para a "Audição Final" da Escola de Musica Associação Educativa e Recreativa de Góis, iniciativa que se realizou a 09.07.17; do Grupo de Escoteiros 74 de Góis para o Lançamento da 1ª pedra a obra de requalificação do futuro Centro de Atividades Escotistas de Góis que se realizou a 02.09.17 e da CPCJ de Góis para as IV Jornadas da Família, iniciativa que teve lugar no p.p. dia 06.09.17. Realçou o convite da Universidade do Minho para a Cerimónia de Entrega dos Prémios Município do Ano Portugal 2017, na qual Góis foi distinguido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos senhores deputados para se pronunciarem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Interveio o senhor Carlos da Conceição Jesus referindo que a sua intervenção prende-se sobretudo pela relação existente entre a freguesia que preside e a Câmara Municipal. Referiu sentir pena por presentemente estar sentado numa outra posição, facto que se deu por ter sido empurrado para esta situação, realçando o facto de ser socialista e pertencer ao Partido Socialista. Referiu que as pessoas que o elegeram são a razão do seu trabalho tendo para o efeito definido uma estratégia para desenvolver esse mesmo trabalho, porém lembrou algumas facetas que o levaram a que presentemente esteja noutra bancada como, no dia 29.09.13 ter sido eleito para gerir a União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal e foi o primeiro do PS a conseguir tal ato, porém como prémio da sua eleição referiu que entre o período de 29.09.13 a 17.10.13, dia em que tomou posse, a Câmara Municipal de Góis estando em gestão transferiu o montante de cinco mil euros para uma freguesia que estava distinta, tendo ele próprio informado a senhora Presidente da Câmara Municipal que estaria a cometer uma ilegalidade em virtude daquela freguesia estar extinta, pelo que não havia nenhuma legitimidade para o efeito. Realçou o facto de ter sido ferido nessa situação, facto que não teve o seu término, porquanto no dia 01.04.14 numa reunião convocada pela senhora Presidente na qual foi prometido dois mil e quinhentos euros, transferência que nunca veio a ocorrer, pelo que quando se diz que tudo é igual e que nada se perdeu, aprez-lhe mencionar que se perdeu, uma vez que na última transferência realizada pela Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, esqueceu-se de uma das freguesias, tendo a sua freguesia sido marginalizada com esta situação. Lamentou, que a maioria dos ofícios que a União de Freguesias tem remetido à Câmara Municipal não têm sido objeto de resposta. Referiu ainda, ter solicitado a delegação de competências de acordo com a Lei nº75/2013, de 12 de setembro, não tendo a mesma sido delegada, bem como, todo o processo de legalização da pedreira do Sobral, apelidando este de vergonhoso, lembrando as deliberações por unanimidade tomadas por ambos os órgãos, tendo por si sido solicitado o envio das deliberações de ambos os órgãos não tendo até à presente data sido remetido qualquer documento. Referiu ainda, ter solicitado uma reunião com o Conselho Municipal de Segurança no âmbito do incêndio florestal ocorrido no passado mês de junho e também até à data essa mesma reunião ainda não foi agendada e realizada. Mais referiu, ter solicitado à Câmara Municipal a resolução de várias situações, nomeadamente a transferência da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

verba relativa ao segundo semestre de 2016 no âmbito do Protocolo de Divisão na Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra. Continuou, referindo não ter havido um único investimento da Câmara Municipal na Cabreira, junto da ponte nova e do lagar não houver qualquer investimento, mas sim da União das Freguesias, porém a Câmara Municipal retirou as placas que a União de Freguesias tinha colocado no local, tendo remetido ofício à Câmara Municipal a solicitar a colocação das mesmas. Mais referiu, ser absolutamente extraordinário que após consulta verbal da senhora Presidente foi dada ordem para que quando a Câmara Municipal necessitasse de terra que a freguesia cedia após informação a fim de evitar abusos por terceiros como visível, porém tal facto veio a constatar-se uma vez que recebeu um telefonema do senhor Nuno Lopes, a informar que nesse mesmo dia iria ser retirada terra de uma propriedade da freguesia que preside, facto que na sua opinião merecia um procedimento formal oficial. Ainda sobre obras, referiu a denúncia que alguém fez sobre um investimento na localidade de Colmeal, porém aprez-lhe mencionar que já se encontra no bom caminho de ter conhecimento de quem fez a denuncia. Lamentou ainda, que a senhora Presidente diz ser contra a uma obra realizada pela União de Freguesias, quando ele próprio lhe mencionou que a Câmara Municipal se teria comprometido, tendo sido esse compromisso deturpado porquanto informou a população que o Presidente da União das Freguesias era contra a mesma, quando foi a freguesia procedeu em setembro de 2016 à concretização das necessárias obras.

Terminou a sua intervenção, referindo que tudo isto é absolutamente extraordinário e fantástico, solicitando à senhora Presidente da Câmara Municipal o ponto de situação relativamente à situação do cumprimento do Protocolo de Divisão na Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra, bem como que seja feito o levantamento dos metros de terra que a Câmara Municipal retirou de uma propriedade da União de Freguesias de forma ilegal é à margem da União de Freguesias e que este seja devidamente comunicado, bem como deseja que se efetue a reposição das placas pertença da União de Freguesias que foram retiradas na localidade de Cabreira.

Interveio o senhor José Carlos Rodrigues Garcia referindo que foi um prazer integrar esta Assembleia Municipal em representação dos eleitores que o elegeram, tendo sido com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

muito agrado que nas suas intervenções não deixou ficar defraudadas as pessoas que votaram no Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis com intenção de reivindicar o melhor para a população. Sinalizou a relação de amizade que leva deste mandato, bem como, de dever cumprido no sentido de fazer mais e melhor pelo nosso concelho. Terminou, referindo que aproximando-se um período de campanha eleitoral aprez-lhe lançar o repto para que todos façam uma campanha digna a pensar no futuro deste concelho.

Interveio o senhor Renato José dos Santos Vitorino que iniciou a sua intervenção referindo que quando qualquer elemento é eleito para um órgão camarário deve a sua presença ser um ato aquando as sessões/reuniões, pelo que deseja apresentar as suas sinceras desculpas pelo facto de não ter estado presente em todas as sessões da Assembleia Municipal, situação que se prende por motivos profissionais inadiáveis, desejando que no próximo mandato os eleitos locais possam honrar o seu compromisso e fazer mais e melhor pelo concelho de Góis.

Prosseguiu a sua intervenção, apresentando um agradecimento tanto como elemento deste órgão, mas também na qualidade de pai de uma criança que frequentou o excelente ATL de verão 2017, promovido pela Câmara Municipal em colaboração com outras Entidades locais que em muito enriqueceram todas as crianças e jovens que participaram nas atividades, realçando algumas destas como a visita à Praia Fluvial das Rocas no concelho de Pedrógão Grande, a visita ao Exploratório de Coimbra e ao Parque de Lazer “Feijão Verde” também nesta cidade, tendo estas atividades sido custeadas pela Câmara Municipal, facto que a todos nos honra, salientando ainda, a existência de uma multidisciplinaridade de atividades, realçando o facto de muitas crianças e jovens de muitos outros concelhos não terem as oportunidades que a Câmara Municipal anualmente promove no ATL de verão, reiterando o seu agradecimento.

Interveio o senhor José Manuel Sequeira Cardoso Bandeira referindo que a Comissão de Melhoramentos de Ribeira Cimeira e Fundeira promoveu durante o mandato do senhor José Girão Vitorino a beneficiação/requalificação da calçada ali existente, tendo a Câmara Municipal, no presente ano, procedido a alguns trabalhos naquela zona tendo o piso da ponte ficado danificado, pelo que solicitou a restituição do piso, a fim de não se danificar totalmente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Interveio o senhor António Carvalho que na qualidade de Presidente da Junta de freguesia de Vila Nova do Ceira referiu ter sido para si uma experiência muito enriquecedora poder integrar o órgão deliberativo, tendo-se congratulado pela forma como decorreram as sessões deste órgão. Prevaleceu-se da oportunidade para enaltecer a forma rigorosa e isenta como o senhor Dr.º José Carvalho como o senhor Jaime Garcia, atual Presidente da Assembleia Municipal, conduziram os trabalhos, enaltecendo a boa relação e o compromisso que sempre existiu entre a Assembleia Municipal e a freguesia que preside, sendo nessa ótica que foram realizados alguns investimentos na Freguesia de Vila Nova do Ceira.

Interveio o senhor Pedro Miguel da Conceição Agostinho referindo que termina no dia de hoje a sua intervenção como elemento da Assembleia Municipal, porém sempre que necessário irá dar o seu contributo. É do conhecimento de todos que estamos perante um território grande em área, mas pequeno em população, pelo que temos que aprender a cuidar de quem nele reside, pelo que a melhor forma de cuidar de quem cá está é a de fazer uma política séria, realçando que em alguns pontos não foi assim tão séria, tendo sentido essa dificuldade essencialmente no primeiro mandato, sendo que nestes últimos quatro anos as coisas foram-se encaminhando. Referiu que no dia de hoje a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis celebra o seu 61º Aniversário, lembrando o incêndio florestal ocorrido em junho passado que devastou uma grande área do nosso concelho, porém, fruto desta calamidade algumas portas abriram-se, realçando que infelizmente foi preciso uma tragédia, para que o Governo olhasse para a população que vive neste território, nomeadamente a corporação dos Bombeiros que irá ser presenteada com um novo veículo do INEM. Lembrou, que na última sessão deste órgão foi proferido pela senhora Presidente da Câmara que em conversa com o senhor Secretário de Estado da Saúde foi feita alusão ao estado de saúde que se vive no nosso concelho, realçando que mais vale tarde do que nunca, porquanto este governo de esquerda já exerce funções há bastante tempo pelo que tendo o sido dado conhecimento do referido assunto e tendo já passado algum tempo a esta data é seu entendimento que é obrigação do Executivo alertar o poder central que a saúde em Góis não está bem. Mais referiu a existência de uma outra situação com que estes dois mandatos do PS irão ficar marcados, i.e., o encerramento do SAP, o encerramento do Rosa Maria e o encerramento da Escola de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Ponte do Sótão. Continuou a sua intervenção, questionando sobre o número de proprietários florestais que foram notificados após o incêndio florestal e se dos notificados houve lugar a alguma contraordenação por falta cumprimento da legislação em vigor. Sugeriu a instalação de um observatório da floresta em que os proprietários fossem orientados para efetuarem uma reflorestação homogénea. Referiu que a barragem do Alto do Ceira continua a não debitar água suficiente para que o caudal do rio seja satisfatório, pelo que terá existir um mecanismo que obrigue a EDP a libertar a água da barragem para que não aconteça o que aconteceu junto à cidade de Coimbra, com a situação dos peixes mortos, pelo que referiu que devemos ter um mecanismo para que a citada barragem não estrangule o rio, realçando que outras precauções têm de estar na ordem do dia durante o período invernal, nomeadamente no que concerne às encostas devastadas pelo incêndio junto ao rio, uma vez que poderá vir a verificar-se a mesma situação recentemente ocorrida na ribeira do Sinhel.

Terminou a sua intervenção, referindo que os Municípios já não se gerem com obras megalómanas, mas sim com pequenas obras, sendo que o imaterial é sem dúvida uma prioridade, referindo que apesar de o ser às vezes não se vê, porém ele está lá, sendo sua opinião que neste município faltou muito trabalho nesta área, uma vez que é muito importante para prevenir a desertificação no sentido de todas as pessoas se mantenham nas suas aldeias com as condições necessárias, pelo que se a Câmara Municipal tiver que custear a prestação de alguns serviços não lhe “cai os parentes na lama”, sendo um trabalho que deve ser efetuado às populações ao invés de os deixarmos ir embora sem regressarem.

Interveio a senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões referindo que a Comissão de Melhoramentos do Esporão reuniu não tenho sido objeto de discussão a sua proposta apresentada em sede do órgão deliberativo à Câmara Municipal sobre a indicação de um ou mais elementos para fiscalizarem o tanque de combate a incêndios daquela localidade, uma vez que até à data ainda não obteve qualquer resposta por parte do órgão executivo. Referiu a existência de uma estrada na referida localidade que serve a zona populacional mais antiga e que carece de beneficiação, porquanto presentemente a única via em que se pode circular é florestal. Mais referiu a limpeza que a empresa Ascendi efetuou na EN 2, questionando que apesar de a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

mesma ter sido efetuada com a presença da GNR não foi feita comunicação aos proprietários das propriedades objeto de intervenção, questionando o porquê desta situação, realçando o facto de aldeia de Ladeiras se encontrar limpa por indicação dos serviços de fiscalização da Câmara Municipal, questionando o porquê de não ter sido efetuado essa mesma comunicação na localidade do Esporão.

Referiu ainda, que na anterior reunião deste órgão o senhor Presidente da Assembleia Municipal teceu algumas considerações sobre o Metro Mondego e algumas soluções propostas para que esta linha volte à sua normalidade, realçando o facto de ter sido o governo do PS causador desta situação, tendo a sua pessoa assistido a uma discussão no parlamento sobre esta temática, o que lhe apraz mencionar que há muitos anos as pessoas sem grandes recursos financeiros implantaram este meio de comunicação, hoje, com tantos apoios financeiros existentes este meio de comunicação continua parado.

Interveio o senhor João Miguel Carvalho Mourão que iniciou a sua intervenção fazendo um agradecimento à Câmara Municipal pela requalificação da Rua Alice Sande na vila de Góis, lamentando o facto de alguns munícipes se terem deslocado a anteriores sessões deste órgão apelando à requalificação desta e presentemente ainda não verificou qualquer agradecimento por parte dos mesmos.

Realçou o trabalho da Câmara Municipal em muitas das áreas, sendo fruto do mesmo alguns méritos com que a autarquia foi agraciada tendo feito menção a estes. Dirigiu as suas felicitações ao TRAIL da Associação Educativa e Recreativa de Góis pela excelência da organização da 1ª Corrida Urbana de Góis, bem como ao Góis Moto Clube pela 24ª Concentração Motorística, congratulações extensivas ao Grupo de Escoteiros 74 de Góis, pelo lançamento da 1ª pedra do futuro Centro de Atividades Escotistas de Góis.

Terminou a sua intervenção, referindo ter sido para si uma honra fazer parte deste grupo de trabalho, tendo apresentado as suas sinceras desculpas pelo facto de alguma vez as suas palavras terem sido menos próprias em sede deste órgão.

Interveio senhor Amílcar Barata Aleixo que se prevaleceu da oportunidade para enaltecer o trabalho realizado pela Câmara Municipal neste mandato, apesar de considerar que a necessidade de se ter efetuado algumas obras importantes na sua freguesia, nomeadamente o Parque de Lazer de Cortes; o saneamento em Chã de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Alvares; a Praia Fluvial de Candeias, entre outros. Referiu ainda, que o presente mandato ficou assinalado pelo flagelo do fogo o que fez com que esta freguesia ficasse mais pobre, contribuindo ainda mais para a taxa de desemprego concelhio, fazendo ainda com que os seus proprietários tenham ainda mais desinteresse pelas suas propriedades. Sugeriu que nos próximos anos a floresta terá que ser um dos assuntos na ordem do dia e ser feito um trabalho minucioso nesta área de acordo com a legislação em vigor para o efeito. Realçou o facto de após o incêndio florestal ser objeto de comunicação somente o concelho de Pedrogão Grande, pelo que desejava ter conhecimento do ponto de situação deste assunto.

Terminou a sua intervenção, referindo que foi para si um gosto elencar o órgão deliberativo dirigindo um muito obrigado a todos.

Interveio o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte que relativamente à questão do incêndio florestal que assolou a freguesia de Alvares, considerou que a Junta de Freguesia foi o parente pobre do poder autárquico democraticamente eleito ideia por si transmitida em anteriores sessões deste órgão, sendo mais uma vez visível e sendo transversal à administração pública referindo que todos temos obrigação de o combater, sendo quase um ciclo vicioso em que só se olha para o que é grande, desprezando o pequeno e quem está mais perto do cidadão eleitor. Porém há um esquecimento de quem diariamente é confrontado com as situações mais dispare e de facto não tem os instrumentos que devia ter para pelo menos fazer a sua parte no apoio às populações locais. Mais referiu, que o grande incêndio que vitimou a freguesia de Alvares e a União de Freguesias é mais um exemplo disso, i.e., em que a junta de freguesia não é ouvida para nada, apesar de fazer parte da estrutura da Proteção Civil e depois na hora de exigir naturalmente que também exige. Ainda sobre este assunto, referiu que como não possui qualquer tipo de informação do que é que se está a passar neste momento, desejava saber o que é que está a ser pensado, conjuntamente com a administração central e a Câmara Municipal ao nível do ordenamento, reabilitação de linhas de água, açudes e pontões, questões colocadas pelos seus residentes e proprietários. Referiu ainda, que sobre a valorização turística do território, nomeadamente no que concerne a passeios pedestres, questionou até que que ponto esta oportunidade pode surgir no presente. Sobre a questão rodoviária Portela de Vento-Alvares, referiu que presentemente encontra-se ainda mais perigosa, bem como,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

a criação de uma faixa de defesa à volta das aldeias, sendo estas questões que atualmente têm de ser objeto de resposta no sentido de transmitir uma mensagem de segurança e esperança para as populações locais, porquanto toda a estrutura económica foi afetada e terá consequências a todos os níveis, sendo o principal a manutenção de postos de trabalho que afetarão o nosso concelho.

Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que no dia 14 setembro a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis comemorou o seu 61º aniversário, felicitando todos quanto desde da sua génese têm colaborado com esta associação. Referiu ainda, a sua presença em reunião do Conselho Municipal de Educação onde foi feito o balanço do ano letivo 2016/2017 e das atividades de tempos livres de verão, considerando francamente positivo, tendo ainda sido perspetivado o ano letivo que agora se iniciou.

Proseguiu a sua intervenção, referindo que quanto aos recentes posicionamentos políticos sobre a AE Coimbra-Viseu, que se louvam, mas receia que este possa ser um assunto assumido como de mera oportunidade eleitoral, sem a consequência esperada na decisão do investimento, recordando que esta questão já era assunto nesta Assembleia Municipal desde março do ano de 2014, quando ele próprio disse que “para o QCA 14/20 foi definida como infraestrutura prioritária e de alto valor a ligação Coimbra-Viseu por autoestrada, pelo que devemos pugnar para que o traçado a escolher não seja o corredor Viseu-Mealhada, mas sim a ligação a sul de Coimbra, passando na zona de Vila Nova de Poiares que permita escoar o trânsito proveniente do alto distrito, garantindo uma verdadeira alternativa à N17 e ao IP3, com posterior ligação a Ceira e à nova autoestrada, capaz de garantir um fluxo compatível com o enorme investimento realizado na nova A13, garantindo a continuidade de uma AE a leste da A1 que facilite a ligação aos territórios do interior do distrito de Coimbra. Fez ainda alusão à necessidade de conclusão da EN342 como eixo fundamental para este território, permitindo um melhor escoamento de trânsito para a nova A13”.

Sobre os incêndios florestais que assolaram o concelho, lembrou ter sido criada nesta Assembleia Municipal uma comissão de acompanhamento aos incêndios florestais e da temática da floresta. Sabendo-se que a floresta tem papel crucial na economia do concelho, gerando mais-valias e emprego, representando também uma enorme mais-valia ambiental e paisagística, referiu ser necessário prolongar uma discussão serena



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

que envolva todas as entidades interessadas e que integre as recomendações dos especialistas e os normativos legais tendo em vista que o ordenamento e a gestão florestal tenham uma gestão sustentável e ativa dos espaços florestais, fomentando a recuperação das áreas ardidas e a proteção dos espaços florestais, reduzindo eficazmente as condições de ignição e de propagação de incêndios. Mais referiu que não podemos ignorar que, embora muito sustentada no eucalipto, a exploração florestal representa para muitas famílias e instituições uma fonte de riqueza, complementando o rendimento disponível. Referiu ainda, que pós os incêndios houve enorme azafama nos serviços municipais, em conjunto com outros organismos, para efetuar o levantamento exaustivo dos prejuízos e aconteceram inúmeras reuniões técnicas e políticas, envolvendo os municípios afetados e diversos organismos institucionais do estado mapa das candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal de Góis , que ascendem a 7,3 milhões de euros.

No que concerne ao balanço dos mandatos autárquicos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, no essencial, considera positivo o balanço destes quatro anos em todos os órgãos autárquicos, realçando em especial a forma cordata como decorreram maioritariamente os trabalhos da Assembleia Municipal, com abertura para a promoção do diálogo e debate claro e isento, com inúmeras propostas aprovadas por unanimidade, o que também aconteceu na Câmara Municipal. Referiu ainda as alterações nas bancadas do PS e do Grupo Independentes, relacionadas com o afastamento político do respetivo grupo, ou motivado pelo assumir de candidatura divergente. Acrescentou ainda, que o mandato ficou ainda marcado pela inesperada saída do anterior Presidente da Assembleia Municipal, que saúda, a descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, que decorreram com forte participação de público, demonstrando interesse cívico. Quanto às Freguesias, congratulou-se pela dedicação dos Executivos com destaque para os quatro Presidentes de Junta.

Quanto à Câmara Municipal, referiu reconhecer a exigência e a dificuldade da função, especialmente nas condições e constrangimentos orçamentais impostos, realçando que houve um espírito inconformista e ambicioso na criação de mais valor para o concelho de Góis. Foi visível a disponibilidade e entrega demonstrados pelo Executivo, com natural destaque para a senhora Presidente e o senhor Vice-Presidente. Referiu ainda, que deve ser dada continuidade ao bom trabalho que tem sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

realizado, na redução do endividamento, na manutenção e na melhoria dos rácios económicos. Sobre o ambiente vivido no executivo municipal nos últimos quatro anos considerou que faltou compreensão do mandato dado pela população para o exercício de funções de grande responsabilidade, que devem ter por base um único objetivo – servir Góis, promovendo a defesa dos superiores interesses municipais, o que, na sua opinião, nem sempre aconteceu pois houve uma atuação baseada em opções estratégicas que prejudicaram a ação da Câmara Municipal e que em dada altura deixaram a imagem do concelho em ‘muito má conta’.

Terminou a sua intervenção, fazendo um agradecimento a todos os que vão deixar de exercer cargos públicos nas Assembleias Freguesia, Câmara Municipal ou Assembleia Municipal, bem como aos que se candidatam a um órgão diferente: Diamantino Garcia que deixa a vereação da Câmara Municipal; Nuno Tavares, José Manuel Bandeira, Mário Nunes, Miguel Fortunato, entre outros elementos, que não consegue especificar por não conhecer integralmente as listas candidatas e hoje deixam esta Assembleia Municipal; Carlos Jesus que deixa de ser Presidente da União Freguesias; Graciano Rodrigues que deixa de ser Presidente Freguesia de Góis e Marlene Bandeira que cessa hoje funções de 1ª secretária da mesa desta Assembleia Municipal.

Dada a palavra, a senhora Presidente, após cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção referindo que o balanço realizado é francamente positivo, sendo necessário ver em cada constrangimento uma potencialidade e/ou uma oportunidade, porque quando se espera quatro anos para fazer um balanço de que tudo estava mal, então provavelmente apraz-lhe mencionar que se calhar não estavam no caminho certo. Referiu, que neste propósito tem muita pena que seja a pessoa responsável para que o senhor Presidente da União das Freguesias tenha chegado a presidente de uma autarquia, pelo que lhe dirigiu um pedido de desculpas, por ter sido a sua pessoa que acreditou, convidou e confiou para ser de facto o candidato no ano de 2009 à freguesia de Colmeal. Acreditou, porquanto é uma pessoa de convicções, porque trabalha na base da honestidade e seriedade, de projetos e não de ajuste de contas, porque não há aqui nenhum milagreiro, nem nenhuma pessoa que tenha mais mérito do que outra, o PS sempre ganhou as eleições no Colmeal, pelo que foi mais uma vitória entre outras vitórias. Porém, referiu não estar arrependida, porque existe sempre o lado positivo do processo, do convite de apadrinhamento de todo esse processo, pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

que se em algum momento a sua pessoa possa ter falhado com a União das Freguesias, creiam que não tem nenhum peso na consciência, por não ser apologista das encenações de renúncia, trazer soluções de demissões, pelo que este tipo de encenação para si não funciona, tal como as ameaças. Referiu ter sido sistematicamente abordada, agredida, maltratada publicamente em sede do Executivo, tendo havido tanto tempo para a agressão verbal e para o insulto, porém não houve tempo para estudar a Lei e lamentavelmente ao fim de oito anos ainda se pedem as atas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal à Presidente da Câmara Municipal, facto que a leva a ficar triste por não ter conseguido aquilo que ambicionava, o facto de ter cidadãos responsáveis que se interessassem por ter um melhor e maior conhecimento por aquelas que são as suas competências e a separação entre o órgão executivo e o deliberativo. Referiu ainda, que se há assuntos por responder é recíproco, não conhecendo as razões do outro lado, mas conhece as da Câmara Municipal, por um lado há assuntos que não tem capacidade para ter alcance do conteúdo, outros tem algumas dúvidas daquela que é a regularidade do executivo da União de Freguesias, tendo receio que de facto, porquanto residem algumas dúvidas e por isso estamos a aguardar que esteja tudo conforme a lei. Porque sempre que há uma renúncia em qualquer órgão não se escolhe quem quiser dos eleitos, diz a lei que nós devemos percorrer a lista do renunciante, sendo isto importante, pelo que tem que ter a certeza de quem está a pedir esclarecimentos qual é a sua legitimidade para o efeito, pelo que como ainda não tem certezas vai continuar a aguardar para ter essa resposta.

No que cumpre às Juntas de Freguesia no âmbito da proteção municipal, referiu ser muito mais do que a participação em reuniões e ter um representante da comissão municipal da proteção civil, sendo esse o interlocutor de todas as freguesias, questionando se foram feitos todos os registos e recenseamentos da população afetada, bem como se foi dado conhecimento à Câmara Municipal daqueles que eram os prejuízos físicos e humanos, uma vez que até à data não tem em sua posse qualquer um destes dados, uma vez que a responsabilidade em matéria de proteção civil também é recíproca, cabe à Presidente da Câmara Municipal, como também cabe às presidências das Juntas de Freguesia, assim como qual a estratégia para a floresta, a qual terá que ser coletiva, porque estão mais próximos das populações, pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

que têm de ouvir qual é a mesma para que esta seja compatível com a estratégia da Câmara Municipal.

Prosseguiu, referindo que em final de mandato pensou que vinha aqui ouvir um pedido de desculpas do senhor Carlos da Conceição Jesus. Quanto à transferência realizada no valor de cinco mil euros para a Junta de Freguesia do Cadafaz, referiu que esta autarquia não foi extinta no dia das eleições, havendo compromissos questionando se não poderia efetuar esse pagamento ao Presidente da Junta por o mesmo ser do PSD, uma vez que não foi eleita para governar os socialistas, mas sim para governar o povo do concelho de Góis, e, portanto, o compromisso que tinha com as outras juntas também era o que tinha com aquela e por acaso era a única do PSD. Referiu ainda, que importa aqui dizer que quantas vezes disse para denunciar a situação, quer tantas acusações que foram feitas ao senhor Casimiro Vicente que afinal foi tudo arquivado, realçando a questão de onde é que estavam os ladrões. Quanto à fusão das duas freguesias, importa dizer que tínhamos que estar preparados para o cenário que se previa avizinhar, quando nós não temos capacidade e não estamos preparados para um território com pouco mais do que trezentos habitantes, o que dirão as freguesias com maior população. Quanto à obra realizada na União de Freguesias não irá evidenciar nenhuma, contudo tem conhecimento do investimento realizado na mesma, lembrando o empréstimo bancário realizado, tendo esse mesmo valor recaído nas duas freguesias que mais reclamam da falta de investimento, provavelmente tanto a freguesia de Góis como a freguesia de Vila Nova do Ceira poderiam também reclamar porquanto não foi feito qualquer empréstimo para requalificação da rede viária. Terminou, referindo que se a Câmara Municipal tem alguma coisa a pagar irá fazê-lo, se tiver que proceder à reposição das placas repõem-se, tendo outra informação sobre esta situação. Relativamente ao assunto em que envolve o Município de Pampilhosa da Serra, referiu que desde a primeira hora manteve o Executivo informado de todo o procedimento, porquanto é a quem tem de prestar essa mesma informação. Ainda sobre este assunto, referiu não ser justo o que o Município de Pampilhosa da Serra está a fazer à Câmara Municipal, tendo para o efeito prestado os devidos esclarecimentos.

Continuou, agradecendo ao senhor Carlos Garcia pela cordialidade das suas palavras, sendo das poucas pessoas que teve a coragem de apresentar propostas e sugestões e críticas, e, em alguns momentos, também elogiou o trabalho da Câmara Municipal que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

registra com agrado. Quanto às palavras do senhor Renato Vitorino sobre o ATL/verão 2017 referiu que a Câmara Municipal tem consciência que a ocupação dos tempos livres tem de ter uma forma útil e saudável, e se de facto houver novas aprendizagens e conhecimentos e se pudermos despertar aquela que é a curiosidade e a motivação das nossas crianças devemos fazê-lo, sendo esta a imaterialidade do nosso desenvolvimento. Quanto à calçada da Ribeira, informou não ter conhecimento da situação, pelo que irá promover a respetiva requalificação da mesma. Quanto ao 61º aniversário Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis dizer que também é para a Câmara Municipal um orgulho, tendo sido galardoada esta Instituição com o maior galardão do Município de Góis, a Medalha de Ouro. Quanto à questão da saúde no concelho referiu existirem sempre regras e princípios, porque o que disse em sede do órgão deliberativo é que transmitiu ao senhor Secretário Estado a situação em que se encontra a saúde no concelho de Góis, referindo ainda que tem por princípio respeitar as hierarquias, pelo que devem as entidades intermediárias da saúde, ser as mesmas a levarem junto do Ministério da Saúde o que se passa no concelho. Quanto ao encerramento da E.B.1 de Ponte do Sótão, referiu que não se trata da competência da Câmara Municipal, lembrando que a mesma pessoa que encerrou uma sala de apoio com 21 alunos manteve 1 jardim de infância com 2 crianças, contudo lembrou as diligências tomadas no sentido da E.B.1 se manter ativa. Referiu ainda, que sempre acreditou que na sequência das várias reuniões, contactos e diligências que o senhor Pedro Agostinho teve com o vários Ministros, como fez questão de mencionar em algumas sessões deste órgão, que alguns serviços reabrissem.

Quanto à questão dos incêndios, referiu estarem identificados os privados que não cumprem estando os mesmos notificados para o efeito. Quanto à barragem do Alto do Ceira, referiu que a Câmara Municipal está muito preocupada com toda a situação que a mesma envolve, informando das diligências que a Câmara Municipal tomou com as entidades competentes nesta área. No que concerne às limpezas motivo de intervenção da senhora Olinda Bandeira referiu ser uma EN e com tal deve saber que a mesma não é da jurisdição da Câmara Municipal, pelo que todas as questões têm de ser colocadas às Ascendi/Infraestruturas de Portugal. Quanto às ações de fiscalização, referiu não terem sido somente realizadas na localidade de Ladeiras, mas também em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

outras localidades em todo o concelho, numa ótica pedagógica no sentido de exortar os proprietários a manterem as suas propriedades limpas.

Quanto às distinções proferidas pelo senhor Miguel Mourão referiu que as mesmas são fruto de um trabalho de uma Equipa e das parcerias de excelência. Quanto à intervenção do senhor Amílcar Aleixo referiu ter muito orgulho na sua pessoa pelo que tem muita pena que não seja o candidato à Câmara Municipal pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, porquanto é seu entendimento que seria um bom Vereador na Câmara Municipal pela sua maneira de ser e de estar.

Quanto aos procedimentos tomados após incêndio florestal de junho, referiu que o senhor Presidente da Assembleia Municipal já apresentou parte da questão, realçando os meios financeiros atribuídos à Câmara Municipal, fruto das candidaturas apresentadas, tendo feito uma breve apresentação de alguns trabalhos que irão ser efetuados no âmbito das candidaturas apresentadas.

Terminou a sua intervenção, referindo que a Câmara Municipal também se associou ao Município de Vila Nova de Poiares na defesa do Cenário Sul, apresentado no Estudo Prévio da A13 – Via dos Duques.

Concluiu a sua intervenção, agradecendo ao senhor Dr. José Carvalho e ao senhor Jaime Garcia a tolerância, a confiança e a solidariedade que sempre demonstraram pela sua pessoa.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras da senhora Presidente, sendo os esclarecimentos prestados importantes e enriquecedores.

Dada a palavra ao senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que relativamente às palavras proferidas pela senhora Presidente da Câmara Municipal no que concerne à sua intervenção agradeceu as palavras com que elogiou a sua pessoa. No que concerne à extinção das freguesias, referiu que a Lei foi clara tendo as freguesias sido extintas por decreto no dia 27.09. Seguidamente prestou os devidos esclarecimentos sobre a substituição no executivo da freguesia de preside.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

ORDEM DO DIA

1. RELATÓRIO SEMESTRAL DO AUDITOR EXTERNO/SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Semestral do Auditor Externo, relativo à situação económica e financeira do Município.

2. LCPA/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/RATIFICAÇÃO - Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 29.08.2017, relativamente ao assunto em epígrafe.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar a assunção de compromissos plurianuais.

3. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra para se pronunciarem sobre o presente assunto.

Interveio o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referindo que a senhora Presidente na sua intervenção referiu a existência de freguesias do concelho que se sentem mais prejudicadas em relação a outras, exortando a consulta ao documento em análise para se ter o real conhecimento do porquê de algumas freguesias se lamentarem por falta de investimento.

APROVAÇÕES EM MINUTA: 2.

PÚBLICO: Dada a palavra ao público

a) Usou da palavra o senhor António Bandeira, que representação da empresa Álvaro Matos Bandeira & Filhos, Lda, referiu que no ano de 2013 remeteu à Câmara Municipal uma carta com uma proposta para arrendamento da Carvalhinha, propriedade do Município de Góis, a fim de explorar esta área florestal, questionando do porquê de a mesma não ter sido considerada. De seguida, fez uma breve alusão a um processo levantado por um vizinho, relativo à área onde tem a empresa que representa implantada, em virtude de a mesma já se prolongar no tempo e não ter uma solução.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

b) Usou da palavra o senhor Rui Rosa referindo que o presente mandato está a terminar, realçando que o próximo mandato irá ser diferente do atual, pelo que se todos os que forem eleitos não unirem esforços e não estiverem todos do mesmo lado na defesa dos interesses de Góis não iremos sair desta estagnação. Realçou que estarem todos do mesmo lado não significa que estejam todos de acordo, porquanto todos têm as suas ideias e defendem os seus interesses, porém os interesses de Góis devem estar sempre em primeiro lugar. Face ao exposto, apelou que no próximo mandato os eleitos locais para os diferentes órgãos unam esforços para que o nosso concelho se desenvolva. Terminou, apresentando as suas felicitações e agradecimento a todos os autarcas que neste último mandato trabalharam em prol do nosso concelho.

c) Usou da palavra o senhor Victor Manuel Nogueira Dias referindo ter sido candidato às últimas eleições autárquicas, realçando que no dia de hoje irá terminar a suas obrigações perante o seu eleitorado. Referiu que desejava agradecer ao Executivo a resolução de alguns problemas por si expostos tanto ao nível pessoal como coletivo.

d) Usou da palavra o senhor Carlos José Neves Alves, que em nome da Comissão de Melhoramentos de Alvares, referiu que após o incêndio florestal ocorrido no passado mês de junho e após intervenções realizadas pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia existem ainda alguns investimentos necessários na zona balnear, tendo para o efeito questionado sobre o ponto da situação do projeto para a Praia Fluvial do Sinhel. Terminou, apelando para que no período de campanha eleitoral os candidatos se respeitem mutuamente.

Dada a palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal, referiu que em resposta ao representante da empresa Álvaro Matos Bandeira & Filhos, Lda, sobre a manifestação de interesse para exploração da Carvalhinha recordou que lhe foi comunicado que essa decisão teria que ser do Executivo. Mais referiu que em sede do Executivo foi o assunto analisado e discutido, tem sido apresentada uma proposta que seguramente quando a mesma fosse objeto de procedimento concursal não iria ser do agrado da empresa que representa, tendo para o efeito apresentado o que se pretende para toda aquela área, pelo que face às propostas apresentadas pelo Executivo informou que a sua pessoa solicitou ao senhor Prof. Doutor Carlos Fonseca, docente na Universidade de Aveiro, que estudasse o local e que apresentasse uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

proposta rentável, coerente e que contemplasse também o arrendamento de parte da área em questão, locação essa que será objeto de procedimento concursal.

Relativamente ao processo sobre o espaço onde empresa que representa está implantada, fez uma abordagem a todo o processo, lembrando que em reunião com o município foi colocada a possibilidade de deslocalização da empresa para um espaço propriedade da Câmara Municipal, sita em Alagoa, tendo obtido como resposta que o mesmo não seria o mais apropriado por ser longe, havendo de igual modo a probabilidade da existência de danos e furtos.

Quanto à intervenção do senhor Rui Rosa agradeceu as suas palavras de apoio, porquanto o concelho de Góis merece.

Sobre a questão da Praia Fluvial do Sinhel colocada pelo senhor Carlos Alves referiu que o município enquanto Presidente da Comissão de Melhoramentos de Alvares teve o privilégio de ser das primeiras pessoas a ter conhecimento do projeto, estando o mesmo na fase de lançamento de procedimento concursal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão referindo terminar aqui esta legislatura da Assembleia Municipal, agradecendo a todos o envolvimento e a disponibilidade na causa pública e, em breve vamos ter as eleições autárquicas, fazendo um apelo a todos os envolvidos e à população: deixem de dizer mal, sejam construtivos, acreditem que se interiorizarmos tal discurso saímos todos desmotivados e sem capacidade de lutar por um território mais próspero. Terminou, expressando o desejo do maior sucesso para todos os que vierem a ser eleitos, nos lugares executivos ou de oposição.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia declarada encerrada a sessão, pelas vinte horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O Presidente, _____

A Primeira Secretária, _____

O Segundo Secretário, _____